



2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE BIBLIOTECAS: UM BALANÇO CRÍTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA LIVRO ABERTO NO MARANHÃO

SESSÃO - 03

*Mary Ferreira**

Resumo

Estudo sobre políticas públicas de cultura em especial as voltadas para as bibliotecas públicas municipais implementadas no Brasil. Discute-se as ações pensadas nos governos de 1989 a 2006 com ênfase nos programas desenvolvidos nos dois últimos governos brasileiro para discutir a filosofia da Política Nacional para o Livro e a Leitura que vem sendo implementado no Brasil desde 2002 e que resultou no Programa Livro Aberto. Apresenta-se a filosofia desse programa e analisa-se como vem se efetivando nos municípios maranhenses.

Palavras-chave: Estado e Políticas públicas; Políticas públicas de cultura – bibliotecas; Plano Nacional do Livro e da Leitura – Maranhão

Resumen

Estudio sobre políticas públicas de cultura especialmente las relacionadas con las bibliotecas públicas municipales a cabo en Brasil. Se analizan las acciones de pensamiento en los gobiernos desde 1989 hasta 2006, con énfasis en los programas desarrollados en los últimos dos gobiernos de Brasil para examinar la filosofía de la Política Nacional de libro y la lectura que se está aplicando en Brasil desde 2002 y que resultó en el Programa Open Book. Se presenta la filosofía de este programa y mira como se ha hecho en los municipios de Maranhão.

Palabras clave: Estado y Políticas Públicas; Políticas públicas de cultura – bibliotecas; Plan Nacional del Libro y la Lectura de Maranhão

* Profª Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, Mestra em Políticas Públicas-PPGPP-UFMA, Doutora em Sociologia UNESP/FCLAr. Pesquisadora do CNPq.



Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Introdução

No Brasil os programas nacionais de implementação de bibliotecas públicas têm sido ao longo da década de oitenta marcados por descontinuidades. Após a extinção do Instituto Nacional do Livro no governo de Collor de Melo em 1989, pouco se avançou nas políticas neste campo. O resultado desse equívoco foi o fechamento de inúmeras bibliotecas municipais em grande parte dos estados da Região Norte e Nordeste.

Em 2001 em estudo realizado pela Biblioteca Nacional apontava a gravidade do problema a partir dos 1.173 municípios brasileiros sem bibliotecas públicas. Desses municípios sem bibliotecas a maior parte estava na região Nordeste, com 688 municípios sem esses espaços de conhecimento. Dados atuais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas enfatizam que situação mudou substancialmente, mas, ainda há 330 municípios sem bibliotecas públicas.

No Maranhão, a implantação deste programa vem sendo realizado de forma lenta, descontínua e em muitos municípios as bibliotecas não estão sendo utilizadas como um canal de leitura e informação. Grande parte deste problema se dá pela descontinuidade com que em geral são implantadas as políticas de cultura neste Estado. Este fato tem sido observado em diversas situações, dada a

forma distorcida com que são pensadas as políticas, muitas vezes pressionadas pela ingerência de grupos políticos ou pela visão estreita de cultura dos gestores públicos.

As reflexões apresentadas neste estudo são resultados da Pesquisa Informação e Desigualdade Social no Maranhão: as bibliotecas como espaços de democratização do conhecimento - desafios para o Estado democrático, na qual avalio a implementação de políticas culturais em 156 dos 217 municípios maranhenses. Parto de pressupostos estudados por Ferreira (2006, 2007, 2009) que constata que o Maranhão é um dos estados com maior déficit de bibliotecas públicas, refletido nas políticas culturais implementadas pelo Estado que tem privilegiado o investimento em ações de impacto cultural como festas de São João e Carnaval.

Consideramos que toda política pública deve ser avaliada em sua fase de implementação a fim de identificar possíveis distorções do projeto e ao mesmo tempo apontar estratégias que possam contribuir para a redefinição da política, assim a idéia de estudar a implementação do Programa Livro Aberto no Maranhão é relevante na medida em que há uma lacuna de estudos neste campo e dada a dimensão e importância do Programa em nível nacional é importante que o Estado reveja pontos que consideramos impor-





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

tante para pensar novos modelos de gestão que venha a garantir a efetivação de programas desta natureza.

Na realização da investigação adotamos como metodologia a pesquisa quantitativa e qualitativa para diagnosticar com mais precisão como está à instalação das bibliotecas e se essas já desenvolvem atividades de incentivo a pesquisa e a leitura. Para tanto, usamos como instrumentos de pesquisa entrevistas semi-estruturadas, questionários aberto e fechado e observação direta que serviram para compreender com mais profundidade o problema abordado. A fundamentação teórica foi pautada em estudos de Ferreira (2006), (2007, 2008) e (2009); Araujo (1999) e (2002) e Suaiden (2000) que ampliaram nosso olhar acerca do problema. Na estrutura deste texto abordamos em um primeiro momento a discussão sobre a o sentido de uma política pública e como no Brasil estão sendo articuladas as políticas de cultura e em especial as de bibliotecas, neste percurso abordamos em seguida o Programa Livro Aberto como parte de uma política pública que vem sendo implementada no governo Lula para sanar o déficit de bibliotecas no País. Em um terceiro momento reflito os resultados da pesquisa realizada no Maranhão para demonstrar como este programa está se efetivando em um estado da federação e as contradições observadas no decorrer de sua implementação. Na última parte

algumas conclusões refletidas a partir das visitas realizadas aos municípios investigados.

Políticas públicas de cultura no Brasil voltadas para a bibliotecas

Ao pensar o Brasil como o olhar direcionado para o campo da cultura no remetemos imediatamente aos direitos culturais que estão entre os direitos fundamentais garantidos na Constituição Brasileira através do Art. 215 quando destaca que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, p. 91).

São considerados direitos culturais aqueles necessários para a constituição do ser humano em sua plenitude e em seu processo de humanização. Cunha Filho (2000, p. 34) considera-os como direitos culturais:

[...] aqueles afeitos as artes, a memória coletiva, e ao repasse de saberes., que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre a dignidade da pessoa humana.

A garantia desses direitos subtende-se ações e políticas públicas uma vez que “somente pelo Estado é possível uni-





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

versalizar direitos, democratizar direitos e estender a cidadania” (SADER, 2007, p. 222). A universalização desses direitos, entretanto, tem sido um desafio para o Estado brasileiro na medida em que disputas políticas estão sempre presentes. Nessas disputas Sader – na mesma linha de pensamento da Chauí - enfatiza que há sempre um lado esquerdo e um direito e nesta opção ou definição de lados no esquerdo estão os que “lutam pela universalização dos direitos – o direito a cultura, o direito ao saneamento básico, o direito a educação, o direito à saúde, é uma luta muito desigual nestes Estados que têm aderido, via de regra, a políticas neoliberais” (idem).

Essa visão também é pontuada por Marilena Chauí quando critica a forma como o Estado tem operado no Brasil no tratamento da cultura, essa autora considera sua tendência antidemocrática uma vez que o Estado age capturando “toda a criação social da cultura sob o pretexto de ampliar o campo cultural público, transformando a criação social em cultura oficial, para fazê-la operar como doutrina e irradiá-la para toda a sociedade”. (CHAUÍ, 2006, p. 134).

Como mudar as regras desse jogo, como pensar a cultura como direito e como transformar o Estado em espaço de construção de cidadania cultural? Esse é um desafio que se apresenta na atual gestão da cultura pensada e ora

implementada no Governo Lula. É um desafio não apenas da gestão da cultura mais da construção do Estado democrático contemporâneo da federalização dos direitos, uma vez que o processo de construção democrática da cidadania cultural passa pela idéia de reconhecer que:

[...] os indivíduos são posicionados de forma desigual, em termos de marcadores de classe social e identitários como raça, gênero, geração, e ao reconhecer essas desigualdades, desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder, de renda e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida coletiva que tenha justamente em conta essas diferenças (SILVEIRINHA, 2005).

Dessa forma é necessário ações políticas, e políticas públicas direcionadas a diminuir as desigualdades de exclusão cultural que toma proporções insustentáveis quando se trata de analisar indicadores sociais entre sul/sudeste e norte e nordeste, que irá refletir na apropriação dos bens culturais.

Os indicadores do Programa Mais Cultura¹ refletem de forma muito significativa essa realidade levando a necessidade urgente de políticas públicas e políticas culturais a fim de inverter essa situação. Para compreender mais claramente o sentido de políticas públicas é importante enfatizar que são políticas que emergem no Brasil no processo de transição democrática, movido pela ação dos movimentos sociais que reivindicam





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

vam direitos negados ao longo do período ditatorial.

Foram os movimentos sociais os responsáveis por novas formas de sociabilidade e de pressão junto ao Estado para efetivar direitos. Ao se defrontarem com o Estado e seus aparatos, os movimentos passaram a reivindicar mudanças através das pautas e agendas públicas exigindo respostas do Estado a partir do encaminhamento de propostas e de políticas públicas. Dessa forma os movimentos sociais inauguraram uma nova forma de fazer política em que a luta por direitos serve de “suporte para a negociação, o debate e propostas de políticas sociais alternativas e para uma ação coletiva que combina pressão e mobilização com novas dimensões de interlocuções pública” (SILVA, 1994, p. 207).

A partir dessa ação o Estado se viu compelido a implementar políticas públicas que se constitui como:

[...] mecanismos utilizados pelo Estado democrático frente às questões sociais. Permitem democratizar as ações do Estado respondendo de forma mais imediata aos anseios dos grupos excluídos garantindo assim a promoção da igualdade, da equidade e da justiça social propiciando condições para que a população se aproprie de direitos melhorando os padrões de qualidade de vida para todos/todas (FERREIRA, 2006, p. 115).

O processo de implementação dessas políticas subtende-se ação perma-

nente e contínua dos protagonistas em qualquer contexto isso porque as políticas públicas são consideradas processos dinâmicos, contraditórios, necessita, portanto, de ação, articulação e pressão dos sujeitos envolvidos, seja dos movimentos sociais ou de grupos de pessoas mobilizadas e articuladas em torno de objetivos comuns.

A política cultural por sua vez é considerada toda ação política e pública baseada em princípios administrativos e orçamentários voltados para a melhoria da qualidade de vida da população com ações governamentais que garanta a todos acesso aos bens culturais em uma perspectiva de apropriação, descentralização e democratização dos bens, serviços e espaços de cultura (FERREIRA, 2006).

As políticas culturais pode ser garantido tanto com recursos públicos quanto privados, entretanto é importante enfatizar que seu princípio é promover a socialização dos bens culturais, tais como: o livro, o cinema, o teatro, as artes plásticas, a dança, enfim todos os produtos pensados, refletidos, criados pela humanidade nas suas concepções de mundo e de realidade. Veja o exemplo da música de Chico Buarque ou as músicas do cantor maranhense César Teixeira que reflete um pensar que é ao mesmo tempo lúdico e contestatório.





Sessão de Comunicações Coordenadas 03

Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

A socialização dos bens culturais é sem dúvida um grande desafio para Estado democrático contemporâneo mas principalmente para as organizações da sociedade civil que devem buscar formas de mobilizações mais consistente para se contrapor ao Estado autoritário presente nas práticas políticas dos gestores públicos responsáveis por garantir direitos .

O Programa Livro Aberto: uma proposta de democratização do livro e da informação

O Programa “Livro Aberto” foi criado em 2002 dentro da filosofia do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva e no contexto da Política Nacional de Cultura que passou a ser delineado neste período. A finalidade do programa é implantar uma política de livro e leitura e dar uma nova dimensão as bibliotecas públicas municipais. Trata-se de um projeto audacioso haja vista o volume de recursos e a amplitude de seus objetivos imbricados com diversos campos da área de cultura.

Em sua filosofia o Programa Livro Aberto se propõem entre outros objetivos: estimular o hábito da leitura, a partir de um conjunto de ações que visam facilitar o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário. O programa compõe linhas de atuação que re-dimensionam as políticas públicas neste campo entre as quais destacamos:

Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro e da Leitura; Fomento à Produção de Obras Literárias, Científicas e Acadêmicas; Capacitação de Agentes Multiplicadores do Hábito da Leitura; Promoção de Encontros de Leitura; Assessoria Técnica a Bibliotecas Públicas; Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura; Concessão de Prêmios à Arte Literária; Estudos e Pesquisas nas Áreas de Memória Bibliográfica, Editorial e Literária; Modernização de Bibliotecas Públicas; Concessão de Bolsa para Escritores Brasileiros (BRASIL, 2007).

A amplitude do Programa pode ser observada quando este agrega um conjunto de ações e recursos financeiro que o torna uma política pública importante, e, na medida em que for implantado, deve cumprir a finalidade prevista, já que este Programa supera lacunas de outros programas implementados no Brasil, a exemplo do Projeto uma “Uma Biblioteca em cada município” implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que não surtiram os efeitos desejados.

Para ser beneficiário do Programa “Livro Aberto” os municípios brasileiros devem requerer a sua instalação à Fundação Biblioteca Nacional, coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, no Rio de Janeiro. Para isso, os municípios que ainda não dispõem de uma biblioteca pública deve atender alguns critérios estabelecidos em contrato, esse último, funcionará em sistema *comodato*², sendo que, o não cumprimento de algum item desse contrato acarreta perda do acervo e de todos os outros equipamen-





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

tos que foram doados para o Município. Dentre as exigências necessárias para que o Município efetive o contrato, o governo federal através da Biblioteca Nacional exige que os municípios cumpram os itens a seguir:

- 1- Dispor de espaço adequado, de fácil acesso à comunidade e com 60m² no mínimo;
- 2- Declaração de que dispõe do espaço adequado, assinada pelo Governador, Prefeito ou responsável pela entidade beneficiada;
- 3- Planta baixa do edifício;
- 4- Escritura do imóvel ou do contrato de locação;
- 5- Fotografias externas e internas;
- 6- Fornecer o CNPJ e endereço da Prefeitura;
- 7- Fornecer nome completo, endereço, CPF e identidade do Prefeito;
- 8- Informar o nome, endereço e telefone da pessoa que será diretamente responsável pela implantação da biblioteca;
- 9- Documentação aprovada pelo setor jurídico da FBN;
- 10- Municípios sem débito fiscal;
- 11- Atender às cláusulas do contrato de comodato (BRASIL, 2007).

Ao assinar o contrato os municípios recebem um acervo bastante razoável de livros técnicos e científicos e de literatura de excelente qualidade. Além dos livros a biblioteca recebe um conjunto de móveis e equipamentos que quando instalados dão impacto nas cidades, principalmente naquelas que não tem história nem tradição de políticas culturais neste campo. Dentre os móveis e equipamentos destacamos 6 mesas para leitor, com 4 cadeiras cada; 1 mesa de trabalho, com cadeira giratória; 5 estantes com 5 prateleiras; 3 estantes com 3 prateleiras 1 computador com software de catalogação e empréstimo; 1 impressora; 1 *no*

break; 1 TV de 29"; 1 circulador de ar; 1 aparelho de vídeo cassete; 1 aparelho de DVD; além de softwares que são utilizados para registro e controle dos materiais bibliográficos. (BRASIL, 2007).

A meta do programa é em 2010 zerar o déficit de bibliotecas públicas no País. Segundo informações divulgadas pela Biblioteca Nacional em 2001 o Brasil tinha 1.173 municípios sem bibliotecas, desses, a maioria se encontravam nas Regiões Norte e Nordeste. De 2004 a 2006 foram implantadas 530 bibliotecas, ficando um déficit segundo a Biblioteca Nacional de 613 municípios sem bibliotecas, grande parte deles estão no Norte e Nordeste, a exemplo do Amazonas que apresentava 35 municípios sem bibliotecas, o Maranhão 65 municípios e o Piauí representava naquele momento, o Estado com o maior número de municípios sem bibliotecas, um total de 136 entre os 223 municípios que compõem este Estado. (CAVALCANTE, 2007).

Nos últimos dois anos o programa vem ampliando sua ação e cumprindo as meta propostas, haja vista o número contratos assinados em 2008 com as prefeituras para implantação e modernização de bibliotecas, num total de 300 para instalação e 65 para modernização. Em 2009 a previsão era implantar 376 bibliotecas em todo o País. Em se confirmando esses números o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas deverá cumprir





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

neste ano a meta do Programa Nacional de Leitura que é o de contemplar todos os 5.564 municípios brasileiro com uma biblioteca com capacidade de atender a população nas suas necessidade de leitura e informação. (BRASIL, Fundação Biblioteca Nacional, 2009).

O que se observa, porém, é uma lacuna em relação à implantação deste programa em alguns Estados brasileiros a exemplo do Maranhão.

O Programa Livro Aberto no Maranhão: o processo de implantação

O Maranhão conhecido pelas suas belezas e recursos naturais, contraditoriamente é considerado um dos Estados brasileiro com os menores indicadores sociais. Se juntam ao mesmo os Estados do Piauí e Alagoas que estão entre os que mais crítica tem recebido da classe política e da sociedade em geral pelas dificuldades de superar os limites da pobreza.

O quadro de miséria e exclusão reproduzidos nos indicadores sociais no Maranhão são histórico, porém, sua permanência são fruto de um modelo de desenvolvimento implantado no Maranhão desde a década de 50 e 60 aliado a pouca alternância no poder que comprometeu de forma muito visível o surgimento de novas lideranças com capacidade de pensar novos modelos de gestão pública. A visão patrimonialistas, colonialista e

oligárquica que marca a gestão pública de grande parte dos governos, prefeitos, secretários estaduais e municipais, tem contribuído para a descontinuidade das políticas públicas e dificultado a articulação da sociedade civil em torno dos problemas enfrentados pelo Estado. É importante enfatizar ainda que a pobreza do Maranhão também é um reflexo da relação historicamente desigual implementada nas políticas do governo federal que privilegiou os Estados do Sul e Sudeste em detrimento dos do Norte e Nordeste. “Toda essa problemática se reflete nas gestões municipais que de certa maneira tendem a seguir um caminho apontado pelo Estado no encaminhamento de decisões para a administração municipal”. (FERREIRA, 2008)

No campo da cultura isso é visível, basta ver os indicadores apontados no estudo “Informação e Desigualdade Social” desenvolvido na Universidade Federal do Maranhão. Os dados levantados nesta pesquisa que envolveu 156 municípios, a ausência desses espaços são preocupantes: apenas 50 % desses municípios possuem bibliotecas públicas, a maior parte delas funcionam de forma precária, com estrutura física inadequada, acervos defasados e sem bibliotecários.

Neste estudo observa-se que dos 156 municípios apenas 6 possuem arquivos municipais, apenas 11 tem museu, e foram localizadas apenas 15 livrarias;





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

estas estão localizadas nos Municípios de São Luís, Caxias, Imperatriz e Codó. A maior parte dos municípios maranhenses não dispõe destes tipos de espaços culturais.

A ausência de canais de mediação da informação nesses municípios são seguramente fatores que interferem nos processos de desenvolvimento, social, político e cultural. Percebe-se ainda que em muitos desses municípios bibliotecas foram fechadas, outras, cederam seu espaço para instalação de instituições públicas e em um município uma biblioteca construída com recursos da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - foi demolida por iniciativa do Prefeito.

Os dados apresentados evidenciam a falta de atenção dos municípios maranhenses, o descaso dos políticos responsáveis pela gestão pública, um desconhecimento dos direitos culturais e falta de clareza do papel das instituições culturais voltadas para a disseminação da informação, da leitura e do conhecimento. Consideramos ainda que a ausência desses espaços, não pode ser avaliado apenas como de responsabilidade do poder público. A sociedade também é responsável pelos mesmos à medida que cria espaços de debate nas cidades e obriga o poder público a implementá-los.

Ao avaliar a implementação do

Programa Livro Aberto no Maranhão, constatamos que este programa iniciou-se em 2006 com a assinatura de contratos da Biblioteca Nacional com 25 prefeituras do Maranhão. Esses contratos, porém, somente foram efetivados e as bibliotecas implantadas no ano de 2007 quando o Estado montou uma equipe de bibliotecários para acompanhar, treinar e supervisionar o trabalho de implantação. Foi possível até o final de 2007 implantar as 25 bibliotecas contratadas em 2006. No quadro abaixo os municípios contemplados em que foram implantadas as bibliotecas públicas em 2007:

Quadro 1: municípios maranhenses contemplados com o Programa Livro Aberto

MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS
São Pedro dos Crentes	Milagres do Maranhão	Raposa
Formosa da Serra Negra	Senador La Roque	São João do Carú
Santana do Maranhão	Feira Nova do Maranhão	Igarapé do Meio
Capinzal do Norte	Centro Novo do Maranhão	Buriti Bravo
Colinas	São Domingos do Azeitão	Penalva
Porto Rico do Maranhão	Arame	Gov. Luiz Rocha
Amapá do Maranhão	Centro do Guilherme	Santo Amaro
Maranhãozinho	Miranda do Maranhão	Turilândia, e Formosa da Serra Negra

Fonte: MARANHÃO. Biblioteca Pública "Benedito Leite", 2007.

A partir de então houve um grande interesse por parte dos municípios





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

maranhenses de criar bibliotecas nos municípios, contribuiu para isso a política empreendida pelo governo maranhense recém eleito, que inaugurava um novo momento após quase meio século de domínio de um grupo político que dominava o Estado. A esse respeito é importante se reportar aos estudos de Cabral (2005) e Gonçalves (2000, 2008) que consideram o Maranhão um estado que vive em regime oligárquico ou dinástico cuja relações políticas passam pelo poder da família Sarney.

Com a eleição do governador Jackson Lago em 2006 o Estado parte para implementar uma política de cultura articulada com o que vinha sendo empreendido pelo Ministério da Cultura, cujos princípios estavam em sintonia com os resultados da I Conferência Nacional de Cultura na qual o Estado reconhece a importância da sociedade na formulação de “políticas públicas para a consolidação de uma cultura política democrática” (MEIRA, 2006, p. 9).

Neste contexto as políticas culturais passam a ter um novo significado com a realização de inúmeros fóruns municipais, setoriais, mesorregionais e micro regionais para discutir e construir uma proposta que pudesse efetivamente representar o Estado em toda a sua dimensão social, cultural, dando conta de contemplar toda sua diversidade cultural. Com esses fóruns foi possível conhecer

mais profundamente o Maranhão e os problemas, que em geral, ficavam na invisibilidade, dada a dimensão territorial que dificultavam sobremaneira o conhecimento de determinados grupos e culturas e conhecer as carências e a enorme dívida social que a maioria dos municípios vivenciavam.

É a partir deste destes fóruns que a problemática das bibliotecas emerge. Tal emergência é percebida com a divulgação dos indicadores levantados na pesquisa Informação e Desigualdade Social que retrata, como mencionado anteriormente, o quadro de inércia das bibliotecas existentes e a ausência das mesmas na maior dos municípios investigados. A realização dos fóruns e a divulgação da realidade da ausência das bibliotecas nesses espaços fazem com que os movimentos culturais mobilizados nos fóruns elejam a implantação e dinamização das bibliotecas como prioridade e ponto de pauta nos debates travados. Assim foi, por exemplo, com o Fórum Regional realizado no Município de Caxias e de Balsas.

O resultado desse trabalho foi inúmeros municípios solicitando a implantação e ou modernização de bibliotecas, dessa forma no final de 2007 foram contratada mais 35 bibliotecas sendo 32 contratos de implantação e 3 contratos de modernização. Essas 35 bibliotecas foram entregues às prefeituras municipais





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

em solenidade no Palácio do governo no início de 2009, porém até o momento não foram instaladas. O que subte-se falta de atenção do Estado e das prefeituras, o primeiro por não supervisionar a implantação e o segundo por não cumprir a determinação do contrato assinado com a Biblioteca Nacional.

Programa Livro Aberto no Maranhão: avanços e retrocessos

No processo de implantação das 25 Bibliotecas criadas pelo Programa no Maranhão em 2007, foi formada uma equipe de quatro bibliotecários treinados pela Biblioteca Nacional para implantar as bibliotecas e instalar os equipamentos de forma a deixá-los funcionando a contento. Esses bibliotecários se encarregavam de repassar o treinamento para uma equipe no município que por sua vez se encarregaria de dinamizar os serviços. Esse trabalho foi realizado em todos os 25 municípios e em geral os bibliotecários permaneciam nos municípios em média três dias para treinar a equipe, organizar o acervo e implantar um programa simples de informática para controle dos acervos. Nessa visita eram feitos contatos com o Prefeito para marcar a data de inauguração que em geral foram feitos de forma festiva em todos os 25 municípios implantados. Na ilustração abaixo dois momentos de inauguração da biblioteca das bibliotecas municipais maranhenses em 2007.



Após a inauguração, a biblioteca, então, era aberta ao público e competia ao Estado supervisionar a implantação desses serviços, contribuir com o processo de dinamização dos acervos de forma a torná-los acessível ao maior número possível de munícipes. O que se observou, porém, foi a descontinuidade do programa e um esvaziamento de sua filosofia e proposta.

Observamos que em dez das vinte e cinco bibliotecas implantadas em 2007 conforme quadro I em todas elas não há cumprimento do estabelecido no contrato assinado com a Biblioteca Na-





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

cional, a maior parte das recomendações indicadas pelo Ministério da Cultura não são atendidas. Dentre as recomendações destacamos reforma ou construção de prédio próprio dentro dos padrões mínimos para instalar as bibliotecas públicas, contratação de bibliotecários, inclusão no orçamento do município recursos para aquisição de acervos, promover atividades culturais, promover ações de extensão para que a biblioteca atinja a zona rural dos municípios, entre outras recomendações.

Quadro II - Situação das bibliotecas implantadas no Programa Livro Aberto no Maranhão

MUNICÍPIOS	SITUAÇÃO OBSERVADA	PONTOS CRÍTICOS QUE DEVEM SER CORRIGIDOS URGENTEMENTE
Amapá do Maranhão	A biblioteca não tem prédio próprio, o espaço adaptado fica no prédio da Secretaria de Administração e não mede os 60 m ² recomendados pela BN. Além disso, não possui um quadro de pessoal definido e não possui bibliotecária. De positivo destacamos a inclusão de orçamento no valor de R\$ 5.000,00 para aquisição de acervo e a realização mensal de 120 empréstimos.	A biblioteca não vem realizando as determinações do contrato e há risco de que seu acervo se extravia dada a adaptação inadequada e falta de profissional qualificado para administrar seus serviços
Capinzal do Norte	A biblioteca tem prédio próprio, o espaço é bastante amplo e acessível, há quadro de pessoal definido, porém não tem bibliotecária. A biblioteca realiza em média 100 empréstimos por dia.	A biblioteca tem realizado algumas atividades culturais, porém a ausência de um profissional da área dificulta a expansão dos serviços e dinamização do acervo.





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Igarapé do Meio	A biblioteca foi adaptada em um prédio alugado, não possui os 60 m ² exigido, não tem quadro de pessoal definido nem qualificado.	A ausência de um quadro de funcionários faz com que a biblioteca esteja permanentemente fechada, além disso, a funcionária entrevistada na ocasião não soube prestar nenhuma informação a respeito de empréstimo e programação alegando que não havia recebido nenhum treinamento	Porto Rico do Maranhão	Possui prédio próprio e amplo com mais de 60m ² , porém não em profissional qualificado para realizar os serviços técnicos de dinamização dos acervos, mas realiza em média 150 empréstimos de livros p/mês	A ausência do profissional qualificado torna a biblioteca um espaço que funciona apenas como armazenador da informação. A necessidade de criar projetos culturais deve ser parte de um planejamento no qual as bibliotecas possam funcionar e atender as demandas reais e potenciais.
Miranda do Norte	A biblioteca não tem prédio próprio, funciona em prédio adaptado, não tem bibliotecário e não realiza programação cultural, mas realiza em média 180 empréstimo de livros por mês.	A ausência de prédio próprio deixa a biblioteca bastante vulnerável, tendo em vista que a história de mudanças das bibliotecas tem causado prejuízos freqüentes as mesmas ocasionando perda de acervos e desestabilização na procura por parte de seus usuários	Raposa	Não possui prédio próprio. Foi inaugurada em prédio alugado. Possui bibliotecária, mas não tem um quadro de pessoal definido, mas realiza empréstimo	A situação é semelhante a outros municípios que coloca em risco a preservação do acervo. O fato de ter uma bibliotecária garante a realização de programações culturais permanentes no município. Observa-se, porém, em visita realizada que a biblioteca tem sido permanentemente fechada.





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

São Pedro dos Crentes	A biblioteca está instalada em prédio amplo, porém alugado.	Embora esteja bem localizada e bem instalada com criação de espaços infantil e adulto, que potencializado poderia funcionar como um centro cultural, porém, a falta de uma bibliotecária limita em muito o uso do acervo e a poluição sonora dificulta a dinâmica dos trabalhos. Há necessidade urgente de construção ou adaptação de prédio próprio e cumprimento das determinações do contrato, já que este município não cumpriu com praticamente nenhuma das recomendações e exigências do Ministério da Cultura. Além disso, há necessidade urgente de treinamento da equipe para o uso dos equipamentos disponíveis.	Turilândia	A biblioteca está bem instalada em prédio que obedece as exigências da BN, porém o prédio é alugado, e fica em local pouco acessível e a exemplo da maioria não tem acessibilidade para pessoas deficientes e seu quadro de pessoal é contratado. Realizam em torno de 80 empréstimos por dia.	A falta de um prédio próprio coloca em risco a segurança e preservação do acervo, a ausência de um profissional qualificado limita as ações que devem ser realizadas permanentemente para chamar a atenção do público. O quadro de pessoal indefinido também coloca em risco a continuidade das ações futuras.
Senador La Roque	Não possui prédio próprio, e as instalações não obedecem os padrões exigidos pela Biblioteca Nacional de 60m ² . Realiza em média 60 empréstimo por mês, mas nunca usou os recursos multimídia disponíveis.	Há necessidade urgente de construção ou adaptação de prédio próprio e cumprimento das determinações do contrato, já que este município não cumpriu com praticamente nenhuma das recomendações e exigências do Ministério da Cultura. Além disso, há necessidade urgente de treinamento da equipe para o uso dos equipamentos disponíveis.	Santo Amaro	A biblioteca possui prédio próprio, construído recentemente. Suas instalações divididas em espaço adulto e infantil atende aos padrões determinados pela BN. A equipe de funcionários atende de forma cuidadosa, realizam em média 100 empréstimos por mês.	A construção do espaço definitivo para o funcionamento da biblioteca se constitui como um ponto bastante positivo, já que favorece a frequência da população. A falta, porém, de um profissional qualificado dificulta a realização e dinâmica de ações culturais que é parte do processo de democratização das bibliotecas públicas.

Fonte: PINTO, Michelle Silva. *O Programa Livro Aberto no Estado do Maranhão: resultado de uma avaliação*. pp. 50-75.

A dimensão política e social do





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Programa Livro Aberto pode ser avaliada pelo conjunto de ações propostas e pela sua filosofia de propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário através de distribuição de acervos e equipamentos para as bibliotecas públicas, que, quando potencializados, pode funcionar como um caminho para a construção de leitores críticos.

É papel da biblioteca pública municipal funcionar como espaço mediador de informação e conhecimentos considerados essenciais para o fortalecimento e ampliação das idéias, tendo em vista que é através do conhecimento produzido que descobrimos o sentido para as verdades pré-construídas, que por sua vez possibilita a construção das identidades e desenvolvimento de práticas solidárias e cidadãs.

O que se observa, porém, com relação às bibliotecas implantadas pelo Programa Livro Aberto no Maranhão é que as mesmas não vem cumprindo com as determinações do Ministério da Cultura/Biblioteca Nacional³. Tal assertiva se remete a situação das primeiras bibliotecas públicas criadas no Brasil na primeira república quando grande parte delas foram criadas e inauguradas sem sede própria, prédios ou salas adaptadas, muitos deles inadequados, o que ocasionou uma série de mudanças, perda de acervos e conseqüentemente descontinuidade das ações e serviços. Isso porquê

“não eram construídos prédios para instalação apropriada das poucas bibliotecas públicas criadas. Adaptavam-se prédios ou utilizavam-se salas em algum prédio público, geralmente impróprios para esse mister”. (GOMES, 1983, p. 52). É a mesma situação presente nas bibliotecas maranhenses após mais de um século o que demonstra o atraso e falta de visão dos dirigentes e da sociedade que ainda desconhece seus direitos no que se refere à exigência de oferta de serviços públicos de qualidade, como é o caso das bibliotecas públicas municipais.

A improvisação dos locais destinados as bibliotecas públicas por um lado, a falta de profissionais qualificados por outro, ou ainda os acervos desatualizados em grande parte das bibliotecas maranhenses a começar pela principal biblioteca do Estado, a Biblioteca Pública Benedito Leite, que somente renovou parte de seu acervo em 2007 após quinze anos de aquisição de livros realizada em 1992 quando foram adquiridos livros para compor a seção escolar da biblioteca pública. Essa situação demonstra a falta de visão de seus administradores, que não previram a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento adequado das atividades desses órgãos.

Não se pode desconsiderar, entretanto, as iniciativas por parte dos governos municipais maranhenses de criar bibliotecas públicas ao longo do século





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

XX. Em estudo realizado por Ferreira (2006) o Maranhão na década de oitenta possuía 108 bibliotecas nos 125 municípios maranhenses, porém, a descontinuidade das ações, falta de orçamento, pessoal qualificado, os locais improvisados, acervos desatualizados, geralmente compostos por doações, instalações precárias e carência de recursos humanos eram as características dessas instituições chamadas de bibliotecas públicas, em virtude desses problemas grande parte delas foram fechadas (FERREIRA, 2009).

O problema das bibliotecas públicas permanece, os dados apresentados acima evidenciam a gravidade da situação. A indefinição e inadequação de espaços, a falta de pessoal qualificado, ausência de atividades culturais para difundir seus acervos leva a estagnação de sua proposta. O exemplo disso é a subutilização dos equipamentos disponibilizados pela Biblioteca Nacional (computadores, TV de 29", DVD e caixa de som) para as bibliotecas como parte do contrato, que são pouco utilizados nas atividades da Biblioteca.

Conclusão

As bibliotecas públicas são consideradas espaços políticos no qual o Estado disponibiliza recursos informacionais possibilitando a sociedade o acesso ao saber. São constituídas segundo Tello (2008):

con el erario se conciben como un «derecho público democrático» en tanto ayudan a establecer las condiciones de información documental que posibilitan a la ciudadanía, junto con otras formas de información y comunicación, a zanjar sus disputas y conflictos que les caracteriza el vivir en democracia; y porque esas entidades culturales materializan el derecho de acceso a la información y se incluyen en la ley pública democrática.

É papel do Estado garantir a efetivação de políticas públicas através da implantação de redes de bibliotecas públicas. No atual contexto o Programa Livro Aberto cumpre com essa finalidade, ocorre, porém, que no Maranhão os municípios, não vem cumprindo sua parte, quando se constata que dez das vinte e cinco bibliotecas implantadas em 2007 não atingiram as metas do contrato e não acataram as principais recomendações indicadas pelo Ministério da Cultura.

Ao analisar as políticas de culturais do governos de Jackson Lago eleito em 2007 avaliamos a partir do Plano Estadual de Cultura (2007-2010) que muitas mudanças e ações foram efetivadas na perspectiva de garantir direitos culturais, observa-se porém, que este governo continuou reproduzindo uma gestão que privilegia recursos voltados para os eventos festivos: São João e Carnaval, os quais oneram uma fatia muito significativa dos recursos da Secretaria de Estado da Cultura, em torno de 50%. As políticas voltadas para os museus, as





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

bibliotecas e os arquivos, embora tenham sido dado novo tratamento, haja vista a implantação de vinte e cinco bibliotecas em 2007 e assinatura de contrato com mais 35 em 2008, entretanto essa área não é considerada prioridade na gestão do Estado e nem de grande parte dos municípios maranhenses.

Em se tratando da gestão atual nomeada após ato do poder judiciário que retirou os poderes do governador Jackson Lago repassando-o para a governadora Roseana Sarney, em abril de 2009, a situação se tornou ainda mais complexa tendo em vista que nenhuma das bibliotecas contratadas pelos municípios com a Biblioteca Nacional em 2008 e entregue em 2009 foi implantada. Não há acompanhamento por parte do Estado na implantação dessas bibliotecas, as deliberações da Conferência Estadual de Cultura não tem sido cumpridas, e as indicações do Plano Estadual de Cultura (2007-2010) não estão sendo consideradas no planejamento da culturas, os recursos para a cultura entretanto foram ampliados para dar conta de realizar o maior carnaval da história maranhense em que foram gastos um montante de R\$ 47 milhões, segundo informações veiculadas na imprensa e denunciada pela oposição na Assembléia Legislativa.

Esse volume de recursos demonstra que o problema da Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão não é

recursos, mas estabelecimento de prioridade. O fato de não ter sido implantado nenhuma biblioteca em 2009, demonstra que democratização da informação e do conhecimento cultural e literário não faz parte das prioridades deste governo.



Referências bibliográficas

BRASIL. *Relatório de Gestão 2008*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

_____. *Programa Mais Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/upload/Programa%20Mais%20Cultura>.

_____. Ministério da Cultura, Ministério da Educação. *Plano Nacional do Livro e da Leitura*. Brasília: MINC, 2007, p. 48.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: MEC, 1989, p. 119.

CHAUÍ, Marilena. *Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização*. In: Ana Claudia Chaves (Org.). *Os sentidos da democracia e da participação*. São Paulo: Instituto Polis, 2004, pp. 24-31.

_____. *Cidadania cultural o direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Direitos culturais como direitos fundamentais: no ordenamento jurídico brasileiro*. Bra-





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

sília: Jurídica, 2000.

FERREIRA, Maria Mary. *Nos Bastidores da Tribuna: mulher política e poder no Maranhão*. Tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2006.

_____. *Espaços de Informação e de leitura: qual o papel do Estado na construção de espaços mediadores de conhecimentos* in: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, nº 9, Anais Eletrônico, São Paulo: ANCIB, set/out, 2008.

_____. *Maranhão: pensando com os indicadores sociais*. São Luís, 2007.

_____. *Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas para onde vão?* in: *Transinformação*, v.18, nº 2, p.113-122, Campinas, mai/ago, 2006.

_____. *Bibliotecas, Informação e Conhecimento: Qual o papel do Estado e da sociedade* in: *Palestra proferida no II Seminário de Políticas Públicas de Informação*, São Luís, 2009.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo: Pioneira, 1983.

GONCALVES, Maria de Fátima da Costa. *A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços na dinâmica do Maranhão dinástico*. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____. *A reinvenção do Maranhão dinástico*. São Luís: PROIN/UFMA, 2000.

Plano Estadual de Cultura do Maranhão 2007-2010. São Luís: Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), 2007.

Relatório de Atividades da Biblioteca Pública "Benedito Leite". São Luís: Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), 2007.

MEIRA, Márcio. *Desafios para a cultura no Brasil* in: *Conferência Nacional de Cultura*, nº 1, Anais, Brasília: Ministério da Cultura, 2006, pp. 9-10.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). *Manifesto da UNESCO sobre as Bibliotecas Públicas – 1994*. Disponível em: http://www.iplb.pt/pls/diplb/get_resource?rid=938. Acesso em 10. Abril. 2009.

PINTO, Michelle Silva. *O Programa Livro Aberto no Estado do Maranhão: resultado de uma avaliação*. Monografia de Graduação em Biblioteconomia, 2009.

SADER, Emir. *O papel do Estado e da sociedade na construção de políticas públicas de cultura* in: *Conferência Nacional de Cultura (2005/2006): Estado e sociedade, construindo políticas públicas de cultura*. Brasília: MINC, 2007, pp. 221-225.

SILVA, Ana Amélia. *Dimensões da interlocução pública: cidade e movimentos sociais e direitos* in: DINIZ, Eli et. al. *O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, e movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90*. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1994, pp. 204-221.

SILVEIRA, Emir Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.





Cultura, Política e Economia na América Latina no contexto da Globalização

Notas

¹ O Programa Mais Cultura lançado pelo Governo Lula em 2007 apresenta um conjunto de indicadores, considerados desafiadores para os gestores da cultura em diferentes dimensões: Apenas 13% dos brasileiros freqüentam cinema alguma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca freqüentaram museus; 93,4% dos brasileiros jamais freqüentaram alguma exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a espetáculo de dança. Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso; O brasileiro lê em média 1,8 livros per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população; O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E; Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 440 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste; Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso.

² *Comodato* - é um tipo de contrato unilateral, gratuito, pelo qual alguém entrega a outrem coisa ou objeto para ser usado temporariamente e depois é restituído, no caso do Livro Aberto as Prefeituras, assumem o compromisso de implantar as bibliotecas e desenvolver ações permanentes para que o livro seja acessível a todas as camadas sociais. O não cumprimento das cláusulas do contrato subtede-se devolução do material recebido.

³ Algumas Recomendações do Ministério da Cultura/Biblioteca Nacional para pre-

feitos e gestores municipais possam melhor administrar os recursos do Programa “Livro Aberto”: Reforme e/ou construa prédios para instalação de Bibliotecas. Use espaços alternativos, como a rodoviária, ou desativados, como uma antiga estação de trem, para a criação de uma Biblioteca Pública; Registre sua Biblioteca Pública no Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, através de documentação solicitada ao Sistema Estadual de Bibliotecas de seu Estado; Abra concursos para bibliotecários, legalmente habilitados; Favoreça a participação dos funcionários que atuam nas Bibliotecas Públicas em treinamentos, estágios, cursos e encontros. Isso irá refletir na melhoria dos serviços da Biblioteca à comunidade; Inclua em seu orçamento anual ou semestral verba para compra de acervo visando a atualização e desenvolvimento das coleções da Biblioteca Pública; Destine recursos para a realização de atividades culturais na Biblioteca Pública, tornando-a um espaço vivo e dinâmico; Crie serviços de extensão em bairros periféricos e zonas rurais, através de bibliotecas sucursais, bibliotecas comunitárias e outros “espaços de leitura”, e bibliotecas itinerantes como sacolas de livros, caixas-estantes, carro, barco ou trem-biblioteca.

